Projecto de Resolução n.º 639/XV/1.ª

Pela Rejeição do Programa de Estabilidade 2023-2027

Exposição de motivos

O Ministro das Finanças apresentou publicamente o Programa de Estabilidade para 2023-2027, que qualificou como um documento estratégico, assente em princípios de equilíbrio e sustentabilidade e capaz de mitigar os efeitos do conflito gerado pela invasão da Ucrânia, contornar as pressões inflacionistas e debelar a constante subida das taxas de juro.

As orientações sobre as quais vai assentar a execução desse documento estratégico são as seguintes:

- Promoção de equilíbrios fundamentais, a saber, equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas, equilíbrio entre rendimento das empresas, rendimentos dos trabalhadores e carga fiscal, equilíbrio entre o aumento do custo de vida e as medidas de apoio ao rendimento;
- Reforço dos rendimentos, com aposta na valorização dos rendimentos dos trabalhadores, reforço progressivo do salário mínimo nacional, Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos dos Salários e da Competitividade (no setor privado) e valorização salarial dos trabalhadores da administração pública;
- Redução da carga fiscal sobre o rendimento dos trabalhadores;
- Apoios sociais aos que mais necessitam, importante para os grupos sociais de menores rendimentos;
- Redução gradual da dívida pública, desonerando as gerações futuras quanto a este encargo;
- Reforço do investimento público;
- Reforço do Estado Social, através da continuação do apoio às famílias mais vulneráveis, do pagamento de um adicional a pensões em pagamento, da

Assembleia da República
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

atualização regular das pensões, do aumento do Indexante dos Apoios Sociais e do reforço dos orçamentos da Saúde e da Educação.

Da implementação do Programa de Estabilidade será ainda de esperar, segundo o Governo, que a inflação diminua de forma gradual e consistente, que o emprego aumente de forma continuada, que o défice baixe para 0,4%, que as pensões sejam pagas sem cortes já a partir de 2024 e que o IRS seja desgravado em dois mil milhões de euros até 2027.

A realidade, porém, poderá ser bastante diferente desta, no final do período de execução do Programa de Estabilidade, a avaliar pela situação que as empresas, as famílias e os demais cidadãos já experienciam.

Em 2022, 31.500 pessoas pediram ajuda ao Gabinete de Proteção Financeira da DECO, constituindo este o valor mais alto de sempre.

O aumento do custo de vida e as dificuldades que este provoca na vida dos cidadãos tem sido o principal motivo de aumento das queixas, representando 36% das causas de dificuldade financeira das famílias: é sobretudo o aumento do custo com a alimentação e outros bens de primeira necessidade e com a prestação da casa ou com a renda da casa, a que se somam outras prestações, têm estado a tornar muito complicada a vida dos cidadãos.

O nível de dificuldade que os cidadãos enfrentam só tenderá a agravar durante o ano de 2023, ao que tudo indica. Na verdade, a diferença para anteriores momentos de crise é que, na conjuntura atual, há mais famílias com rendimentos, mas que não são suficientes para fazer face às despesas e ao aumento das mesmas.

No âmbito das suas funções de fiscalização do Governo, compete à Assembleia da República ter especial atenção à evolução da despesa pública e do endividamento do país, acompanhando e pronunciando-se sobre os documentos que definem as nossas opções de política económica e orçamental perante as instituições europeias.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

Portugal viveu nas últimas 3 décadas ambientes de baixa inflação, e até pontualmente de deflação – só a título de exemplo, passámos de uma inflação média de 0,89% entre 2012 e 2021, para uma inflação de 8% em 2022.

Também não é novidade para ninguém que sempre registamos fracos crescimentos económicos anuais, nalguns anos, registámos mesmo estagnação ou recessão económica.

Vale a pena referir que Portugal tem uma política fiscal completamente impreparada para este ambiente inflacionário e para este pico de crescimento económico: comparativamente com economias similares, temos uma das mais altas cargas fiscais da União Europeia, que representou 36,4% do PIB, em 2022.

Existem países com carga fiscal superior à nossa, como a Dinamarca (47,6%), a França (47,5%), a Bélgica (46,2%), a Suécia (43,6%), a Itália (43%), a Áustria (42,6%), a Finlândia (42%) ou a Alemanha (41,5%), todos eles com economias muito mais pujantes e com maior índice de desenvolvimento que a nossa.

De acordo com o relatório anual (2021) "Taxing Wages", da OCDE, a carga fiscal sobre o conjunto dos custos do trabalho atingiu os 41,8%, subindo 0,3 pontos percentuais, com o país a escalar mais um patamar no *ranking* das economias onde os impostos e as contribuições sociais pagas por empregadores e trabalhadores mais pesam na folha salarial.

A percentagem apurada para Portugal compara com uma média de 34,6% na OCDE (menos 0,06 pontos percentuais que um ano antes), grupo onde 24 países aumentaram a carga fiscal sobre o trabalho no último ano, havendo outros 12 com registo de diminuição e apenas um (Colômbia) em que o valor do indicador se manteve.

Quanto à dívida pública, para cumprirmos as metas da zona Euro precisamos de reduzir o peso da dívida para 60% do PIB, por forma a acompanhar os valores que existiam antes da crise de 2008 e que nunca mais conseguirmos recuperar, – 2022 fechou com um peso

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

da dívida que se situou em 113% do PIB –, sendo essa a razão (a necessidade de redução do peso da dívida) pela qual o Governo não consegue baixar os impostos.

Ora, Portugal debate-se com cinco grandes problemas para reduzir a dívida pública.

O primeiro grande problema prende-se com o peso brutal do Estado na economia do País: atualmente, o peso da despesa pública representa quase 50% do PIB, ou seja, representa quase metade de tudo o que é produzido no nosso país, tendo superado pela primeira vez em 2021 os 100 mil milhões de euros. Não somos caso único, mas os outros são economias muito mais possantes do que a nossa.

O segundo grande problema é a falta de produtividade: Portugal é um dos países com menor produtividade laboral da União Europeia, sendo que os trabalhadores portugueses trabalham mais horas do que os seus congéneres europeus, mas produzem menos por cada hora de trabalho.

O terceiro grande problema é a falta de competitividade, que diminuiu 0,16% em janeiro de 2023, face a dezembro de 2022. Este não é um problema que tenha origem num mero indicador de preços, nem com qualquer outro indicador de curto prazo: é um problema que está intrinsecamente ligado ao problema anterior e à falta de eficácia dos fatores produtivos.

O quarto grande problema são os baixos rendimentos, sendo o salário médio em Portugal o décimo mais baixo da União Europeia: na verdade, corresponde a 58% da média da União Europeia e a 68% do que é pago em Espanha, sendo mesmo o País da Europa Ocidental com o mais baixo rendimento líquido de salários.

E o quinto grande problema é o inverno demográfico que teima em não nos deixar: enquanto a população mundial cresce, a população portuguesa diminui e o despovoamento do interior não é travado pelos incentivos fiscais.

No entendimento do Chega, é preciso reformular radicalmente o modelo de governação em todos os níveis e setores do Estado, em busca de mais eficácia e mais eficiência – há

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

centenas de entidades públicas em Portugal que não sabemos o que fazem, ou para que servem.

É imperioso combater de forma efetiva a corrupção, tanto ao nível da administração central como da administração local: o nível de corrupção em Portugal corresponde sensivelmente a 20% da Despesa Pública, ou seja, sensivelmente 20 mil milhões de euros por ano.

Em terceiro lugar, temos de adaptar a nossa relação com a União Europeia à realidade nacional, em que cerca de 98% do tecido empresarial é composto por nano, micro, pequenas e médias empresas. Apesar de termos acesso a diversos fundos comunitários, em razão do nosso sempre diminuto crescimento económico, não somos um País de gigantes industriais – como França, Itália, Holanda ou Alemanha, cujas empresas contribuem receitas fiscais colossais –, pelo que, reduzir a dívida pública para as metas definidas pela União Europeia obriga sempre as famílias e as empresas portuguesas a sacrifício intenso. É crucial, pois, conseguir negociar em Bruxelas um regime extraordinário do limite de dívida pública para podermos fazer uma reprogramação fiscal, pois não é possível aplicar uma receita geral para países com realidades económicas totalmente diferentes.

Aliás, as diretivas europeias que têm como objetivo criar harmonização fiscal têm prejudicado sempre os países mais pobres em detrimento dos países mais ricos.

Apoiamos incondicionalmente o projeto europeu, mas é fundamental incrementarmos a nossa capacidade produtiva. Não podemos estar constantemente dependentes de subsídios da União Europeia para fazer crescer a Economia.

O quarto aspeto passa pela alteração integral das nossas políticas públicas.

Presentemente as políticas públicas centram-se essencialmente em transferências sociais, através de medidas assistencialistas, suportadas em subsídios de efeito lento e medíocre e em cheques avulsos, havendo uma constante recusa por parte do Governo em adotar medidas estruturais para fazer crescer salários e aumentar rendimentos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

Em 2023, o País está a braços com uma pobreza crescente, um pesado sistema fiscal e a completa ausência de políticas de longo prazo focadas no crescimento económico e na sustentabilidade da Segurança Social.

O número de pessoas pobres, no limiar da pobreza ou em risco de pobreza, ultrapassa neste momento os quatro milhões, quase metade da população portuguesa, sendo que cerca de 20% das pessoas que se encontram nesta situação trabalha.

Para conseguirmos reduzir o número de pobres é necessário que o Estado tire o foco das medidas assistencialistas e aposte claramente na adoção de medidas de apoio crescimento económico e de criação de riqueza, porque só podemos redistribuir riqueza se a gerarmos primeiro. Só conseguimos garantir melhores salários se dermos condições às empresas para se tornarem mais produtivas e mais competitivas. Só assim é que elas poderão pagar melhor aos seus trabalhadores.

É urgente aumentar salários e desagravar a imensa carga fiscal que incide sobre os cidadãos portugueses, nomeadamente dos rendimentos sobre o trabalho, incidindo particularmente sobre as retenções na fonte de IRS e sobre as contribuições para a Segurança Social.

Ao mesmo tempo, é importante desagravar os impostos sobre os lucros tributáveis das empresas (IRC), e também a derrama municipal e a derrama estadual, que podem atingir mais de 10%: Portugal tem das taxas estatutárias mais elevados dos países da OCDE (21% de IRC), as quais, somadas às derramas (que podem atingir os 10,5%), totalizam uma carga fiscal que pode chegar aos 31,5%.

Defendemos, por isso, a imediata redução do IRC e das derramas em 2%.

Adicionalmente, é importante proceder à alteração do IVA reduzindo a taxa de IVA normal de 23% para 21% (as regras europeias permitem ir até 15%), a taxa intermédia de 13% para 12% e a taxa reduzida de 6% para 5%, o mínimo permitido pela União Europeia. A energia deve ser tributada à taxa de IVA reduzida em vez da taxa normal, porque a energia é um bem essencial.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

O País depara-se com uma inflação persistente e enraizada na economia: o Estado arrecadou perto de 90 mil milhões de euros em 2022, mais 15 mil milhões do que em 2021, nos quais figura um valor de IRS que é 12,8% superior ao de 2021, além de uma receita de IRC que é 60% superior a 2021, ultrapassando até os valores pré-pandemia.

Não havendo sinais de nenhum cenário de deflação à vista este nível de receita irá manter-se. Não existe, pois, qualquer razão para não se avançar com medidas estruturais.

Em quinto e último lugar, é necessário resolver o problema demográfico.

É indesmentível que Portugal debate-se com grave problema de falta de mão-de-obra, na agricultura, na indústria e nos serviços.

Por um lado, tem de haver medidas efetivas de incentivo à natalidade, o que recomenda a criação de medidas específicas para os jovens casais.

Por outro lado, devemos criar políticas efetivas para reter e fazer regressar mão-de-obra ao nosso País, com o propósito de travar a sangria de quadros, que se formaram com verbas públicas e que depois vão trabalhar para outros países que lhes oferecem melhores condições remuneratórias.

E por último, devemos criar uma política ativa de atração de estrangeiros para trabalharem no nosso país, com regras e condições bem definidas.

Não vale a pena estar a repisar a constatação diária de que as políticas de portas abertas se prestam a alimentar a subsidiodependência e graves violações dos direitos humanos.

E o facto é que, nos últimos anos, têm sido detetados cada vez mais casos de exploração de trabalhadores estrangeiros em território nacional, o que deveria suscitar um debate sério sobre o tema da imigração.

Uma palavra final de preocupação pela forma como a Saúde foi tratada neste Programa de Estabilidade, onde vem retratada apenas como mais um encargo e uma fonte de despesa pública adicional, quando o que esperávamos seria um Programa de

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

Estabilidade que defendesse os ganhos de eficiência em Saúde, face ao nível de cuidados à população.

A comparticipação pública para as despesas com Saúde diminuiu de 66,6% (2010) para 61% (2019), situando-se quase 20 pontos percentuais abaixo da média europeia (79,7%), o que significa que, nos últimos 10 anos, Portugal investiu menos no domínio da Saúde do que o resto da União Europeia.

Em 2019, o Estado Português gastava 2.314 euros per capita em despesas com Saúde, menos um terço do que a média europeia, que equivalia a 3.523 euros. Nesse mesmo ano, as despesas de Saúde em percentagem do PIB foram de 9,5%, menos 0,4% do que a média europeia (9,9%). Só em 2020 – *et pour cause*, pois foi o primeiro ano da pandemia – é que o Estado injetou 800 milhões de euros no orçamento da Saúde, que representaram um aumento de 6% em relação ao orçamentado no ano anterior.

Por outro lado, não descortinamos neste Programa de Estabilidade qualquer intenção do Estado de valorizar os profissionais médicos do Serviço Nacional de Saúde, por exemplo, pela celebração de contratos internos associados a incentivos de desempenho, ou pela oferta de outros motivos de interesse que retivessem estes profissionais no desempenho de funções no Serviço Nacional de Saúde. Quanto aos profissionais enfermeiros, em Portugal, são em número substancialmente inferior à média europeia: 7,1 por cada 1000 habitantes no território nacional, enquanto a média da UE se encontra nos 8,4 por cada 1000 habitantes. É certo que o Programa Nacional de Reformas 2023 prevê *«… a valorização das carreiras dos enfermeiros, com a reposição dos pontos perdidos aquando da entrada na nova carreira de enfermagem»*, mas as reservas que colocamos à bondade destas intenções são plenamente compreensíveis: basta olharmos para o que tem sucedido com as carreiras da Administração Pública, na área da Justiça, da Educação, da Segurança Interna, todas elas ainda *à espera de Godot*…

É em nome das preocupações expressas que o Chega entende ser importante exigir, através da presente iniciativa, a votação do Programa de Estabilidade para 2023-2027

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt

em apreço, principalmente por entender que a sua aprovação exprime um acrescido nível de compromisso, numa perspetiva de médio e longo prazo.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República resolve rejeitar o Programa de Estabilidade 2023-2027, apresentado à Assembleia da República em 17 de abril de 2023.

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui Afonso - Rui Paulo Sousa

Assembleia da República
Palácio de São Bento | 1240-068 Lisboa
213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt